

OS MECANISMOS NEOLIBERAIS E A INSERÇÃO DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Priscilla Corrêa Alves
calves.pris@gmail.com

Introdução

O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão acerca das transformações nas Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/RJ, que nas últimas três décadas, passaram por significativas mudanças por meio dos mecanismos utilizados pelos setores empresariais para a implementação de um modelo mercadológico de educação.

A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro na década de 90, na Gestão de César Maia, por de metas estabelecidas pela Conferência Mundial de Educação¹, dá início a um processo mais consistente de influência sistemática de reformadores empresariais. Tal processo se intensificou durante as duas gestões primeiras do Eduardo Paes², tendo como ponto de partida a adesão ao tratado Todos pela Educação.

Entretanto, o marco do processo de aprofundamento das políticas neoliberais na educação se dá, na contemporaneidade, em um cenário catastrófico que assola toda a humanidade. A maior crise sanitária mundial dos últimos 100 anos provocada pela pandemia do Covid-19 é o pano de fundo de tal fenômeno que busca, em última instância, sanar as demandas empresariais para o sistema educacional.

Desenvolvimento

Peroni (2013) aponta a interferência na gestão pública de ensino a partir das ações de agentes financiadores como o Instituto Ayrton Senna e o Unibanco. Desse

¹ Em 1990, realizou -se em Jomtin (Tailândia) a conferência mundial de educação para todos, financiada pela UNESCO (organização das nações unidas para a educação ciência e a culta), pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pelo Banco Mundial. Dela participaram governos, agências internacionais, ongs, associações profissionais e personalidades destacadas no plano educacional em todo mundo. Os 155 governos que subscreveram a declaração ali aprovada comprometeram -se a assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos. (SHIROMA, 2007 P.48)

² Primeiro mandato de 2009 a 2012 e segundo mandato de 2013 a 2016.

modo, escolas passam a ser regidas de fora para dentro, submetidas a programas prontos e, muitas vezes, desvinculados da realidade da instituição, com materiais padronizados prontos para execução, visando interesses do sistema capitalista com o “objetivo” de melhorar a qualidade da educação.

Na metade década 90 e meados da primeira década dos anos 2000, as mudanças mais “significativas” na política educacional da SME ocorreram com o fim do sistema seriado em função do sistema de ciclos e a polêmica aprovação automática, tinham em vista sanar os problemas que ao longo do tempo foram apontados como ineficiência da educação pública municipal. (CALZAVARA, 2011)

De fato, alto índice de reprovação, a distorção idade\serie e a evasão escolar eram sérios problemas que necessitavam de soluções urgentes. Entretanto, são questionáveis tanto os métodos de avaliação da qualidade da educação quanto os meios pelos quais “tentaram” resolver os problemas do “fracasso” escolar. Tendo em vista que esse sistema baseia-se no processo de formulação e consolidação da cultura de auditorias, que atua com o objetivo claro de trazer os aspectos de análise de qualidade e eficácia empresarial para dentro das escola. (FREITAS, 2012)

Eduardo Paes, por meio do projeto Salto de Qualidade na Educação Carioca, abre ainda mais as portas da educação municipal pública para os setores privados, como a Fundação Lemann, Instituto Alfa e Beto, o Instituto Ayrton Senna e OS³, contempla assim os setores empresariais que compunham o Movimento Todos pela Educação.

Nesse contexto, os Ginásios Experimentais Cariocas emergem como uma espécie de laboratório para implementar a política empresarial na SME, com parcerias público-privado e mudanças curriculares com o acréscimo de quatro novas disciplinas: “projeto de vida, protagonismo juvenil, estudo dirigido e matérias eletivas.” (Caderno de Políticas Públicas, p.30). Marcelo Crivella (2017 a 2020), dá sequência a esse processo de mudanças curriculares no primeiro segmento do ensino fundamental.

Neste sentido, a política educacional da SME caminha em consonância com o Governo Federal, em diálogo com o desenvolvimento e a implementação da BNCC⁴, caracterizada por Freitas (2018) como a maior ação das políticas

³ organizações sociais

⁴ Base Nacional Curricular Comum

neoliberais em curso no Sistema Educacional, e junto a ela a implementação do sistema de Educação a distância - EAD.

A SME encontra solo fértil para implementar tais políticas, com a pandemia do Covid-19 e a necessidade do isolamento social, as escolas passam a depender da tecnologia para se manter. Muitos debates se iniciaram diante da necessidade de fechamento das escolas, no que se referia ao tão combatido e questionado sistema EAD na educação básica.

Apesar da resistência inicial, devido à falta de controle do contágio e dos altos índices de mortes por covid-19 que vieram a se alastrar por muito tempo, tornou-se inevitável a implementação do ensino remoto nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Junto a isso mais espaço foi aberto para o setor privado na SME por meio de plataformas e aplicativos, como Microsoft TEAMS, MATIFIC e ALFA E BETO (PREFEITURA DO RIO, 2020).

Após um turbulento ano de 2020 repleto de incertezas e anseios, no que tange o ensino remoto nos deparamos, no início do ano letivo de 2021, com uma variação do que havia sido implementado no ano anterior. Nesse sentido, na atual gestão de Eduardo Paes, por meio da Resolução SME Nº 247 de 04 de fevereiro de 2021, inaugura-se o ensino híbrido. Com rodízio de alunos nas aulas presenciais e com aulas virtuais por meio de plataformas e aplicativos, como Google Classroom e o Rioeduca em casa.

Desta forma, o início do ano letivo de 2021 é marcado pelo fortalecimento da implementação dos dois grandes “fantasmas” que assolam a educação pública municipal do Rio, a BNCC com a redução de conteúdos e disciplinas na grade curricular e sistema de ensino híbrido.

Conclusão

Conscientes das limitações deste trabalho e da impossibilidade de aprofundar o amplo debate que se estabelece diante deste tema, faremos algumas breves considerações. É importante reforçar a necessidade de perceber como o Sistema Educacional está sujeito e vulnerável a mudanças de acordo com as demandas do mercado e por isso, entender como o setor privado se relaciona com setor público é fundamental para avaliar as consequências das interferências do empresariado na educação. (PERONI, 2013)

Apontamos que os movimentos ocorridos nas políticas públicas educacionais da SME que abriram espaço para inserção do Setor Privado na Escola Pública, fazem parte de mecanismos utilizados pelo neoliberalismo para a implementação de um modelo empresarial de educação. Segundo Freitas (2012) os mecanismos de vieses empresariais visam a privatização da educação, legitimadas por avaliações que configuram o fracasso do Sistema Público Educacional e consolidada através da cultura de auditoria, que determinam que a solução para ineficácia da educação pública está no setor privado.

Nesse sentido, a Educação retoma questões que já havia superado e avançado conceitualmente, devido às demandas contemporâneas empresariais para o desenvolvimento de uma concepção mercadológica de Escola, que interferem também no currículo e atualmente, diante da pandemia, e por meio da implementação do ensino híbrido e da BNCC promovem um esvaziamento de conteúdos e saberes vinculado a uma concepção gerencialista.

Referências

CALZAVARA, Maria Tereza Santos, **As práticas avaliativas e os registros de resultados nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo de caso.** UNIRIO, 2011.

FREITAS, Elena Costa Lopes. **30 Anos da Constituição Avanços e retrocessos na formação de professores** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 24, p. 511-527, nov./dez. 2018. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>

FREITAS, Luiz Carlos. **Os Reformadores Empresariais da Educação: Da Desmoralização do magistério a destruição do Sistema Público de Educação.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>

PERONI, Vera Maria Vidal. **As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, pp. 234-255, maio/ago. 2013.

PREFEITURA DO RIO. **Caderno de Políticas Públicas.** Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130264/Educacao](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130264/Educacao_PORT)
[PORT](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130264/Educacao_PORT)

[1211.pdf](#) Acesso em: 30/03/2021.

SME - **Resolução Nº 247 de 04 de Fevereiro** de 2021. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/apifront/portal/edicoes/imprimir_materia/708526/4833
Acesso em: 30/03/2021

SHIROMA, Eneia Oto. **Política Educacional. Lamparina.** Rio de Janeiro, 2007